



COTAÇÃO NA BOLSA DE VALORES

SCT (0,00%) ↔

5.896\$00

CECV (0,00%) ↔

6.500\$00

ENACOL (-1,42%) ↓

7.000\$00

BCA (0,00%) ↔

3.100\$00

Avaliação Semanal - Recolha de dados na quinta-feira

↔ Estacionária ↑ Em alta ↓ Em baixa

Cabo Verde vai liberalizar actividade notarial

Pág. 2



Riu Karamboa abre-se aos turistas

Pág. 9

IPC REGISTA
VARIAÇÃO MENSAL
DE

0,8 %

Pág. 13

CI ANUNCIA
PROJECTOS DE
MAIS DE

400 milhões

DE EUROS

Pág. 6

CV FAST FERRY
VENDE

110 milhões

DE ESCUDOS EM
OBRIGAÇÕES NA
BOLSA DE VALORES

Pág. 10

Cabo Verde quer liberalizar a actividade notarial

— *Informatização do registo predial em curso*

O serviço dos registos e notariado vai saltar para a liberalização. Uma comissão técnica deverá ser constituída em breve para, depois de homologada pela Ministra da Justiça elaborar um estudo que, entre outras coisas, irá dar indicações sobre o sistema que Cabo Verde deve adoptar no quadro da liberalização.

“O nosso sistema é o do notariado administrativo, em que o Notário é um mero funcionário público, dependente de um superior hierárquico. Mas existem ainda outros sistemas tais como o de Notariado Latino e o Anglo-saxónico. Acho que o Latino é mais aplicável à nossa realidade por causa da nossa tradição jurídica”, opina Jorge Pires, director-geral dos Registos, Notariado e Identificação, adiantando que a comissão a ser criada deverá dispor de três meses para apresentar o resultado do seu trabalho.

Para Jorge Pires, a abertura do Notariado ao sector privado poderá trazer várias vantagens ao Estado e especialmente aos utentes. Como diz, essa medida irá libertar o Estado de encargos financeiros com o pessoal, povoar os concelhos de Notários devidamente qualificados, proporcionar mais dinamismo à economia e provocar um abaixamento no preço dos actos.

“O Estado vai no entanto continuar presente nessa área, a impor as regras de funcionamento do mercado, através da fiscalização”, adverte Jorge Pires, que aconselha prudência na implementação desta opção que, a seu ver, vai atrair o interesse de muitos privados. “Há países em que o Notariado é uma actividade de luxo, exercida por uma classe de elite”, responde quando questionado se essa área é ou não atractiva ao investimento privado.

Tratando-se de uma novidade, é muito provável que Cabo Verde venha a solicitar a ajuda de países onde o Notariado é exercido por profissionais liberais, como é o caso da Espanha, Brasil, Portugal, entre outros.

Contudo, Pires acha que o salto para a liberalização deve ser dado com muita calma e ponderação. Isto porque, como explica, o Notariado tanto pode ser um elemento impulsionador da economia, como servir de entrave ao sector, se for exercido por pessoas mal preparadas.

Defende ainda que, para além do Notariado, determinados sectores dos registos - tal como o predial e comercial - podem enveredar pelo mesmo caminho da liberalização. Enfatiza que a Espanha e o Brasil são exemplos bem sucedidos nesta matéria.

Entretanto, os Registos e Notariado têm vindo a passar por uma fase de modernização, sustentada em três pilares: promover uma nova imagem pública do serviço, capacitar os recursos humanos e promover uma reforma legislativa na área. No âmbito desse processo, a DGRNI já conseguiu informatizar o serviço do registo civil e criminal e está neste momento a fazer a mesma coisa na área do registo predial, tendo iniciado a informatização no Sal, uma experiência-piloto.

O motivo prende-se com o volume de empreendimentos turísticos implantados e em curso, assim como o número de empresas imobiliárias em actividade na ilha. Esta operação piloto poderá ser concluída ainda no mês de Novembro.

Kim-Zé Brito

E AINDA

Funcionários da Interbase respiram de alívio

A fumaça começa a dissipar-se no horizonte dos ex-trabalhadores da Interbase, empresa dada por extinta após o incêndio ocorrido nas suas instalações no dia 9 de Setembro. Após terem manifestado os seus receios quanto a uma eventual falta de dinheiro para o pagamento das indemnizações a que têm direito, receberam a garantia da Unidade de Coordenação das Privatizações de que o processo estará concluído até 7 de Dezembro. Mais:

a UCP deu-lhes a conhecer a legislação que vai ser aplicada em cada caso. Também ficou assente que até finais de Novembro não só vão receber os salários em atraso como as próprias férias a que têm direito. “O melhor de tudo, diz um dos ex-trabalhadores, é que vamos receber a indemnização na totalidade e de uma única vez.”

Esta notícia provocou alívio no seio dos visados e do próprio sindicato. Segundo Virto-

lino Castro, o dossier está a seguir os trâmites normais, pelo que acredita na possibilidade dos direitos do pessoal serem integralmente respeitados dentro do prazo previsto. “Achamos que não vai haver sobressaltos. Foi criado um consenso para a salvaguarda dos direitos laborais dos trabalhadores”, acrescenta o líder sindical.

Entretanto, um grupo de 23 trabalhadores manifestou interesse em partir para um proces-

so de reforma antecipada. Na sua maioria têm mais de cinquenta anos de idade e passaram praticamente a vida toda dentro das instalações de frio da extinta empresa. Contudo, na perspectiva de Virtolino Castro, esse aspecto terá de ser discutido entre o governo e o INPS. Uma das questões é saber quem vai financiar esse processo.

KzB

Delta Air Lines faz escala no Sal

A companhia americana Delta Air Lines, uma das maiores empresas aéreas dos EUA e do mundo, passa a escalar o aeroporto Internacional Amílcar Cabral, no Sal em voo com destino à Libéria. Mário Paixão, presidente do Conselho de Administração da ASA, explica que foi com grande satisfação que recebeu esta notícia, que prestigia o AIAC e representa mais encaixe financeiro para a ASA, a TACV e as petrolíferas que operam no mercado nacional.

Os voos da Delta que, pelo menos uma vez por semana, vão ligar os EUA à Libéria com escala na ilha do Sal terão início em Junho de 2009, com um Boeing 757, com capacidade para 174 lugares. Mas, neste momento, importa referir que o anúncio da escala desta companhia aérea na ilha do Sal acontece um mês após a South African Airways comunicar o encerramento definitivo dos seus escritórios na ilha do aeroporto.

Nos Estados Unidos, a apresentação desta nova linha aconteceu no National Press Club, em Washington, durante uma cerimónia a que assistiu a presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf. A governante saudou a decisão da empresa aérea americana que, diz, vai contribuir para impulsionar os negócios e a economia do seu país, que ainda tenta recuperar de uma guerra fratricida.

A Delta Air Lines tem actualmente duas rotas para a África. A primeira liga a cidade de Nova York ao Gana, Senegal, Egito e África do Sul; e uma outra linha parte de Atlanta rumo à Nigéria e África do Sul com escala em Dacar, Senegal. Estas rotas são utilizadas ainda para unir destinos africanos aos da América do Sul.

O vice-presidente da companhia aérea, Glen Hauenstein, legitima esta nova operação com o facto de o tráfego entre os EUA e África ser um dos que mais cresce no mundo.

OPORTUNIDADE PARA CABO VERDE

Se do lado dos EUA a empresa está de olho



Delta Oferece

60 *destinos*
a partir de Atlanta

nos lucros, em Cabo Verde a escala da Delta no Sal é uma oportunidade para o mercado e para o país, diz Mário Paixão. **“O voo vai partir de Atlanta, que é um dos aeroportos mais movimentados do mundo em termos de carga e passageiros e vai ligar os EUA a Monróvia, que é a capital de um país que está a desenvolver-se rapidamente. É uma grande oportunidade para Cabo Verde, inclusive porque existe a possibilidade de receberem passageiros no Sal”.**

É ainda, diz Mário Paixão, o reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido em Cabo Verde a nível da aeronáutica civil, para além de representar um encaixe significativo para a ASA, enquanto provedor do serviço de tráfego aéreo; para a TACV, que vai fornecer o Ground Handling (assistência em terra) e para as petrolíferas que vão reabastecer o avião no Sal. **“Por tudo isso, recebemos esta notícia com grande satisfação. Ter em Cabo Verde um avião da Delta, que é uma das compa-**

nhias aéreas mais importantes do EUA e do mundo, é uma honra. Vamos tudo fazer para que a operação seja um sucesso”, garante o PCA da ASA.

AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS

O site do governo americano anuncia que desde Fevereiro de 2006 a Delta Air Lines estava a tentar obter as autorizações necessárias do governo para se tornar a única grande companhia a operar um serviço regular entre os Estados Unidos e África. O Departamento Norte-Americano dos Transportes (DOT) afirmava na altura que a Delta estava à procura da autorização do governo para iniciar o primeiro serviço entre a cidade de Atlanta e Joanesburgo, na África do Sul, com uma escala em Dacar, Senegal.

A companhia mostrava-se esperançada em como podia iniciar a operação em Dezembro de 2006. Com o novo serviço, a Delta entraria na África a partir de Atlanta pela primeira vez desde a sua histórica expansão para a América do Sul em 1997, e ofereceria aos clientes mais de 60 destinos internacionais a partir do aeroporto internacional de Atlanta.

Os clientes da Delta que viajam de ou para África via Atlanta terão oportunidades convenientes de conexão com mais de 140 cidades norte-americanas, lia-se num comunicado da empresa. **“O novo serviço da Delta para África assinalará muitas acções inéditas para Atlanta e para os nossos clientes, incluindo o primeiro voo directo entre Atlanta e o Senegal na costa ocidental africana e o primeiro serviço operado pela Delta de Atlanta para Joanesburgo”**, disse Jim Whitehurst, o chefe de operações da Delta.

E tudo indica que esta operação foi um sucesso porque a companhia aérea americana se prepara agora para alargar a sua penetração no continente negro com uma ligação para Monróvia, capital da Libéria, com escala no Aeroporto Internacional do Sal.

Constância de Pina

TACV pode abrir novo voo para o Brasil

A TACV estuda a possibilidade de abrir um novo destino para o Brasil, que poderá ser Natal ou Recife. A notícia, que já tinha sido veiculada pela imprensa foi avançada, em Lisboa pela administradora executiva para a área comercial, Georgina Mello. Esta administradora esclarece, entretanto, que a expansão da companhia, a nível de rotas, só

terá lugar depois de estarem consolidadas as finanças da empresa.

“A proposta que trago é para Natal e Recife, no Brasil. Vamos estudar, fazer contas”, disse Mello aos operadores em Lisboa, acrescentando que o voo, **“a acontecer, será semanal”**. Esta linha ainda não está estruturada mas, de acordo com a ad-

ministradora, tanto pode ser uma operação triangular, em conjunto com a actual rota que a companhia aérea opera duas vezes por semana para Fortaleza, Brasil, **“como uma operação paralela”**.

A introdução de um novo destino dos TACV no Brasil há muito que vem sendo anunciada. E aventou-se mesmo a hipótese

de que seria para Recife e/ou Natal. Neste momento, diz Georgina de Mello, a abertura de um novo destino no Brasil é a única hipótese em análise pela companhia. E a aposta na sua consolidação é agora mais forte. Numa segunda fase, diz Mello, a empresa poderá pensar em expandir para novas rotas e destinos.

CP

Altos...

O Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação está a comemorar dez anos e o **Cifão** não pode deixar de dar os parabéns a este organismo do Estado que, alheio à passagem dos sucessivos executivos, foi fazendo de Cabo Verde um exemplo de governação electrónica em África, tornando-o num cluster de novas tecnologias.

...e baixos

Santa Catarina, o terceiro maior concelho do país, ficou sem energia eléctrica durante três dias, na sequência de duas avarias no sistema de fornecimento. Mais uma vez há que recorrer ao argumento de que um País de Desenvolvimento Médio não é compatível com este género de "black out" num centro urbano tão importante como Assomada e arredores.

... Off

O Banco Central de Cabo Verde decidiu aumentar a taxa directora em 50 pontos percentuais em menos de um mês – passando de 4,75% para 5,25% – como forma de conter as importações e obrigar os bancos comerciais a fixarem juros mais atractivos, principalmente para as remessas dos emigrantes. O BCV previne assim os efeitos da crise internacional na economia cabo-verdiana – em que se prevê o abrandamento do investimento externo esta medida do BCV pretende atrair as poupanças da diáspora e travar a saída de divisas do país para equilibrar a balança de pagamentos.



Dez anos do acordo que "cambiou" a economia cabo-verdiana

13 de Março de 1998. O ministro da Coordenação Económica de Cabo Verde, Gualberto do Rosário, e o Ministro das Finanças de Portugal, Sousa Franco, assinam na Cidade da Praia o Acordo de Cooperação Cambial. Na altura, este acordo foi rotulado como mais um protocolo e deu-se pouco valor à iniciativa. Mas a paridade com a moeda portuguesa – e mais tarde com o euro – cedo viria a revelar-se uma das maiores medidas de fundo na economia cabo-verdiana.

É que a estabilidade através de uma paridade fixa (o câmbio foi fixado em 1 PTE=0,55 CVE, em 1999 passou a ser 1 Euro=110,265 CVE) eliminou o risco de câmbio nas transacções quer com Portugal quer com os países da União Europeia, intensificando o investimento e o crescimento económico de Cabo Verde.

O acordo contempla ainda um 'bridge loan', que não é mais que uma facilidade de crédito para o reforço das reservas cambiais disponibilizada por Portugal que pode ir até aos 27,4 milhões de euros, mas sempre deixando a possibilidade de chegar aos 45 milhões. Um dispositivo de crédito que as boas práticas financeiras dos últimos tempos têm deixado em compasso de espera – há já vários anos que Cabo Verde não recorre a esse crédito.

No quadro deste Acordo, foi criada a Comissão do Acordo de Cooperação Cambial (COMACC) constituída por representantes do Ministério das

Finanças, dos Negócios Estrangeiros e dos Bancos Centrais dos dois países. A COMACC reúne-se duas vezes por ano em reuniões ordinárias, para definir e rever as condições necessárias ao cumprimento das obrigações estipuladas no Acordo.

Na dependência deste órgão existe a Unidade de Acompanhamento Macroeconómico (UAM), que segue o funcionamento do Acordo. No fundo, um conjunto de mecanismos que em muito têm contribuído para o sucesso da gestão macroeconómica de Cabo Verde, hoje caracterizada por uma grande disciplina, estabilidade, elevados níveis de crescimento, bem como, cumprimento dos programas acordados com a Bretton Woods.

O décimo aniversário do acordo cambial é assinalado hoje, 31, com uma conferência internacional na cidade da Praia, numa iniciativa dos dois governos que decidiram celebrar a data dissertando sobre o tema "Os Regimes Cambiais Face aos Desafios da Economia de Cabo Verde".

A Conferência, que é presidida pela ministra das Finanças, Cristina Duarte, reúne membros do Governo, embaixadores, representantes das Organizações Internacionais residentes e não residentes, quadros da Administração Pública cabo-verdiana e portuguesa, técnicos das instituições financeiras nacionais e internacionais, académicos cabo-verdianos e portugueses, representantes do sector empresarial cabo-verdiano e sociedade civil.

Frases

"O alastramento da droga constitui um obstáculo aos esforços de desenvolvimento, material e institucional, levados a cabo por cada um dos nossos países, individualmente, e no quadro da CEDEAO".

PEDRO PIRES, Conferência da CEDEAO sobre o narcotráfico.

"Esta solução única servirá de forma mais eficiente o país, uma vez que beneficia uma ilha que consome mais de 50 por cento da energia produzida".

HUMBERTO BRITO, SE da Economia, após a assinatura do contrato de fornecimento, construção e instalação de uma rede e de sub-estações de energia de alta tensão na Praia.

"Este é um primeiro passo e ficamos à espera do seguinte, que é a execução do projecto, esperando que venha ao encontro das expectativas da empresa que são melhorar o seu funcionamento e a qualidade do serviço prestado"

ANTÃO FORTES, CE da Electra.

"Temos chamado a atenção para o facto de a condição de pobreza extrema, associada a outros factores, ser geradora de fenómenos e comportamentos sociais não integrados, que colidem frontalmente com a actividade turística e representam um risco efectivo de grande relevância para a mesma".

Carta da UNOTUR à ministra da Economia, Crescimento e Competitividade sobre os incidentes na Boa Vista

Números

40

Milhões de euros.

É quanto custará a central única de Santiago. O projecto é suportado financeiramente pelos Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Japonês para a Cooperação Internacional (JBIC), de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO (BIDC) e o governo de Cabo Verde.

CI anuncia projectos de mais de 400 milhões de euros

Os novos produtos turísticos poderão representar

15% a 20%

do mercado nos próximos tempos

O investimento directo estrangeiro deve atingir em 2008, um volume de

2,4 Bilhões

A Cabo Verde Investimentos aprovou, no início de Outubro, um pacote de cinco projectos, representando cerca de 400 milhões de euros em investimentos externos. O pacote prevê intervenções nas áreas de telecomunicações, energia, indústria de pescado, transporte e imobiliário turística para as ilhas de Santiago, Sal e São Vicente. A estes juntam-se mais 4 projectos no valor de 48 milhões de euros, anunciados pelo cifrão na edição de sexta-feira passada, 24.

Esse montante de 400 milhões de euros não contempla a ilha da Boa Vista, que no

ano passado somou um total de 438 milhões de euros em projectos turístico-imobiliários. Todas as propostas a serem implementadas na ilha das dunas passam agora pela Sociedade de Desenvolvimento Integrado da Boa Vista e Maio, responsável pela gestão turística da ilha.

Mais projectos, avança o presidente da CI, Alexandre Fontes, devem ser aprovados este ano. Se tudo correr dentro do previsto, os Investimentos Directos Externos (IDE) devem atingir, em 2008, um volume de 2,4 bilhões de Euros. Números que vão ultrapasar

as previsões e o montante acumulado de todos os investimentos externos feitos em Cabo Verde desde a criação da PROMEX, afirma Fontes.

De acordo com Alexandre Fontes, também os grandes projectos aprovados há já algum tempo deverão, finalmente, arrancar ainda este ano. É o caso de Estrela Santiago, ex-Santiago Golf Resort. Outro empreendimento que deve arrancar também é o Cesária Resort, em São Vicente. Outros projectos vão desabrochar em 2009.

Alexandre Fontes avisa, todavia, que certos investimentos anunciados muitas vezes com pompa e circunstância, não vão ver a luz do dia tão cedo. Estão neste caso os vários terrenos vendidos sem projecto associado sem data nem compromisso de cumprimento do calendário para a sua elaboração e execução, ou os que não dizem como vão criar emprego e quando.

Esta situação, salienta Fontes, é uma das grandes dores de cabeça da actual equipa da CI, que “**vê terrenos**” serem atribuídos afectos a promotores que não apresentaram projectos, “**enquanto a agência recebe investidores externos com interesse e capacidade financeira comprovada, sem ter nada ou quase nada para lhes propor**”.

O presidente da CI queixa-se da falta de articulação entre a CI, Câmaras Municipais e os demais departamentos do Estado que participam do processo de IDE e da promoção do turismo. Esta falta de coordenação, disse, não permite o bom agenciamento dos projectos, “**o que se traduz em atrasos, perda de tempo e de dinheiro para o investidor, com o risco de Cabo Verde também perder as vantagens que promove no exterior**”.

A funcionar como janela única para o investidor, que assim vê facilitado o seu investimento, a CI, continua Alexandre Fontes, deve não só ter procedimentos simples e prazos de resposta curtos, mas também ter a capacidade e a facilidade de trabalhar e dialogar dentro de um sistema integrado

e coordenado com as Câmaras e todos os departamentos sectoriais.

CRISE NÃO AFECTA INVESTIMENTO

O PCA da CI considera que a crise financeira que abalou os EUA e uma parte da Europa quase que não atingiu Cabo Verde. Aqui, os promotores do sector imobiliário, que apostaram no segmento alto e médio-alto, não estão a sofrer as consequências da crise.

No entanto tudo indica, explica, que os que apostaram no segmento médio-baixo estão a atravessar uma fase difícil, que deverá ser analisada com vista a se encontrar medidas apropriadas. “**No fundo, a situação vivida é principalmente fruto da pouca diversificação do mercado imobiliário cabo-verdiano**”, considera o presidente da CI.

Para atravessar de forma saudável essa crise, avança Fontes, a CI está a preparar uma campanha de promoção junto dos países do golfo, onde a poupança procura oportunidades de investimento. Pelo menos, é o que se depreende do interesse manifestado pelos grupos originários desta região que visitaram Cabo Verde.

TURISMO DIVERSIFICADO

Uma mesma promoção deverá ser feita a nível do turismo para ultrapassar a recente baixa de procura pelas ilhas deste arquipélago. A CI quer abrir o mercado para os países escandinavos, Rússia, França, Bélgica. Ao mesmo tempo, vai apostar num turismo diversificado cultural, rural, de montanha nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e interior de Santiago.

De acordo com o PCA da Cabo Verde Investimentos, apesar do turismo balnear continuar a representar a maior fatia da oferta turística cabo-verdiana, os novos produtos turísticos poderão representar 15 a 20 % do mercado nos próximos tempos.

Silvia Frederico

OPINIÃO

HUMBERTO
CARDOSO

Nós e a Crise

Na sexta-feira passada, o Banco Central de Cabo Verde actuou face à crise que avassala o mundo. Alterou em 50 pontos a taxa directora lançando a taxa de redesconto para 7,5% e a taxa de facilidade de cedência para 8,25%. O objectivo é controlar os fluxos da balança de pagamentos e a inflação. Os aumentos das taxas praticadas pelo BCV têm o condão de, pela via do encarecimento do crédito, travar o consumo e, por aí, conter importações dissipadoras das reservas externas. Também no sentido inverso, taxas mais favoráveis incentivam emigrantes a fazer depósitos em Cabo Verde. Com isso pretende-se conservar algum conforto ao nível de reservas e garantir estabilidade do peg da moeda caboverdiana ao euro.

A actuação do BCV verifica-se num momento em que bancos centrais em todos os continentes se movem para assegurar liquidez ao sistema financeiro internacional e restaurar a confiança entre os seus operadores. Procura-se evitar que o aperto ao crédito lance a economia real na maior das crises desde a Grande Depressão de 1929. Até agora tem sido bastante limitado o sucesso conseguido pela operação conjunta de bancos centrais e governos. Medidas como seguro de depósitos, injeção directa de capitais via compra de acções nos grandes bancos e garantia do Estado a novos empréstimos não conseguiram evitar que o espectro de recessão económica paire e já assombre o mundo inteiro.

Países que dias, semanas, atrás se achavam a salvo da crise por não se terem envolvido com os chamados produtos financeiros tóxicos, subprime e outros derivativos, vêem-se agora no centro do furacão. De facto já não é só a Islândia, mas também outros países como a Ucrânia e a Hungria, a solicitar pacotes salvadores do FMI. Amanhã poderá ser a Rússia, a África do Sul ou o Brasil, países que pensaram estar protegidos atrás das enormes reservas externas acumuladas na base de vendas em alta de matérias-primas, produtos agro-pecuários, petróleo e metais preciosos.

Ninguém consegue prever a dimensão da recessão global que se aproxima. Nem como afectará a economia de países e regiões. Tudo leva a crer, porém, que o mundo saído da crise não será o mesmo. O que permitiu o crescimento de um sector financeiro de bancos de investimento, fundos de risco (hedge funds), fundos privados de investimento (private equity), armado de produtos, cada um mais esotérico do que o outro, paralelo ao sector bancário e com um mínimo de regulação.

Poderá vir a ser um mundo em que a actual distribuição do poder económico terá representação adequada nos centros de decisão das organizações internacionais de supervisão da economia mundial. Particularmente as de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial, criados em 1946, que ainda espelham a relação de forças saída da II Guerra Mundial.

Economias pequenas como a caboverdiana são as mais vulneráveis. Não têm dimensão para condicionar em favor próprio as relações económicas internacionais. O mercado interno é exíguo e não pode compensar, em tempos de recessão global, a queda na procura de bens e serviços nos mercados externos

”

Países como a China, o Brasil e a Índia não podem ficar de fora. Devem assumir responsabilidade comensurada com o seu peso nos fluxos globais. De facto, na origem dos problemas financeiros de hoje também se encontra o ambiente de crédito barato nos países desenvolvidos. Países com largas reservas externas como a China, para evitar a valorização da sua moeda, reinvestiram muito das suas reservas na América, fazendo baixar as taxas de juro e contribuindo para o endividamento das famílias. No processo geravam forte procura para os seus produtos e garantiam o crescimento das exportações, o sector motor da economia.

A crise veio, porém, demonstrar que não é possível manter por muito tempo o mundo dividido em países com grandes excedentes e países com enormes défices na balança comercial, sem que algo acabe por ceder. A extrema interligação de todas as economias na fase actual da globalização não permite que ninguém fique incólume quando isso acontece. É o que se vê hoje.

Economias pequenas como a caboverdiana

são as mais vulneráveis. Não têm dimensão para condicionar em favor próprio as relações económicas internacionais. O mercado interno é exíguo e não pode compensar, em tempos de recessão global, a queda na procura de bens e serviços nos mercados externos. Em existindo recursos naturais, a recessão também faz cair os preços das matérias-primas, contribuindo para a perda de receitas externas.

No caso concreto de Cabo Verde, a situação é ainda mais grave. Não tem recursos naturais e tem uma base exportadora exígua que, segundo o relatório de Julho do FMI, se restringe cada vez mais ao turismo. Quer dizer que a sua sustentabilidade económica e financeira actual depende dos fluxos financeiros que poderá mobilizar. No ambiente de crise, essa dependência excessiva do exterior e de factores sobre os quais não tem controlo directo pode tornar-se crítica.

Porque as remessas de emigrantes são afectadas pelo nível de emprego e expectativas de crescimento nos países de acolhimento, a diminuição do investimento directo estrangeiro, em consequência de fortes constrangimentos ao crédito a nível internacional, já é sentida na quase paralisia do sector imobiliário e turístico, em várias ilhas. A ajuda externa não deixará de se ressentir, no futuro próximo, com as dificuldades orçamentais dos países doadores, derivadas das acções de restauro de confiança no sistema financeiro. E a capacidade do Estado em contrair empréstimos para investir em infraestruturas e no sector energético sofrerá certamente com o encarecimento inevitável do crédito nos mercados de capitais.

No mundo inteiro todos estão a preparar-se para maus momentos a curto e a médio prazo. A preocupação em muitas paragens é de aproveitar a crise para um renovado olhar sobre o país, a sua sociedade e a sua economia. Procura-se vislumbrar o que de essencial se precisa fazer para elevar a produtividade nacional, tornar as empresas nacionais competitivas e o país atractivo para capitais estrangeiros, visitantes e turistas.

Cabo Verde não é excepção. Não pode ver-se como imune ao que se passa lá fora. A fotografia macroeconómica actual até pode mostrar-se tranquilizadora para alguns. Mas, em ambiente de crise, fragilidades não aparentes podem emergir e mudar tudo. É o que aconteceu na Islândia e noutros países. Na Hungria, no Brasil e na Austrália, por exemplo, empréstimos individuais e empresariais, feitos em moeda estrangeira e a taxas mais baixas do que as praticadas a nível nacional, que até recentemente sustentaram investimentos diversos e expansões rápidas na imobiliária, agora, com a valorização do dólar e do yen japonês, contribuem para a queda do valor das moedas desses países e a fuga de capitais.

Recentemente, de diferentes quadrantes políticos, institucionais e empresariais vieram

sugestões no sentido de total liberalização de capitais em Cabo Verde. Isso não obstante a experiência negativa da crise financeira de 1997 que da Tailândia, Indonésia e Coreia do Sul passou para o Brasil, a Rússia e a Argentina. Esses países, muitos deles com peg fixo no dólar, sofreram os efeitos do chamado hot money, os capitais de curto prazo que podem entrar e sair rapidamente e que, em certas circunstâncias, podem ser altamente destabilizadores, mesmo quando, aparentemente o quadro macroeconómico não prenuncie problema nos fundamentals da economia. Espera-se que a falada facilitação de acesso ao crédito exterior directamente por privados nacionais à cata de taxas de juro mais baixas, a ter-se concretizado, não se revele, hoje, como mais um ingrediente na fragilização da balança de pagamentos do País.

A pequenez da economia nacional e a fraca densidade empresarial limitam, por outro lado, os instrumentos de que o Estado poderá socorrer-se para estimular a economia e fazer face à crise. Isso porque qualquer aumento da procura tem efeito directo nas importações, com as consequentes tensões nas reservas externas. Diferentemente do que se passa noutros países, onde estímulos fiscais têm o efeito de arrastamento na economia nacional porque uma parte considerável de bens e serviços são produzidos localmente. Isso não significa naturalmente que o Estado não deva procurar responder às dificuldades das populações, particularmente das mais vulneráveis e que mais sofrem com os efeitos da crise, designadamente com os efeitos de diminuição de remessas de familiares e da alta de preços devido à inflação.

Todos os países procuram responder à crise reajustando as prioridades nacionais e mobilizando a vontade nacional. Baixa-se mesmo a tensão política. Dada a especial vulnerabilidade de Cabo Verde, esse exercício é urgente.

A partida, porém, parece evidente que o Estado deverá orientar-se resolutamente para estimular actividades económicas em áreas de serviços, particularmente de exportação, que criam emprego e potenciam o fluxo turístico para Cabo Verde. No sector da educação a atenção nacional deverá focalizar-se intensamente na qualidade. A estruturação do mercado de trabalho poderá potenciar o esforço nacional na formação profissional, na criação do emprego e no aumento da produtividade. A eliminação dos múltiplos entraves à unificação do mercado nacional certamente introduziria uma nova dinâmica na economia nacional. A organização de uma oferta de serviços com base na cultura caboverdiana claramente é uma opção a fazer.

Tempo de crise. Oportunidade para deixar para trás ilusões de dependência e fazer o que dignifica os indivíduos e engrandece a Nação.

emcima.blogspot.com

Marina do Mindelo ainda sem toilette



A Marina do Mindelo e o Instituto Marítimo e Portuário não conseguem acertar as agulhas quanto à construção de uma toilette nesse cais de recreio. Segundo Kay Brosman, gestor do empreendimento, já foram apresentadas diversas ideias sobre a localização e o tipo de casas de banho mas, até à data, a empresa e o IMP não conseguiram chegar a um acordo definitivo.

“Já discutimos várias hipóteses com o IMP, mas sempre que vamos implementá-las surge um problema. Neste momento, temos em mãos uma solução provisória, que passa pela

construção de uma plataforma na água para suportar dois contentores. Mas, esta opção não é a mais adequada, além de ser provisória”, desabafa Brosman. Este gestor revela que, por causa desse desacordo, a empresa tem vindo a gastar milhares de contos em projectos e estudos, que são depois chumbados pelo Instituto. Isto sem contar com o investimento já efectuado e que ultrapassa um milhão e 200 mil euros.

Para Brosman, esta deve ser a única marina no mundo sem uma toilette. Uma falha, assegura o alemão, que tem vindo a ser alvo de críticas por

parte dos utentes que têm sido encaminhados para o Clube Náutico do Mindelo, quando necessário.

As queixas do gestor da marina foram entretanto desmontadas por Zeferino Fortes, director do Instituto Marítimo e Portuário. Alega que Brosman não tem vindo a respeitar os acordos estabelecidos com a autoridade marítima, no tocante a esta matéria. **“Era para colocar módulos pré-construídos mas, em vez disso, foi remodelar dois contentores pesados que queria colocar em cima do cais. Impedimos isso por uma questão de segurança da estru-**

tura e por razões estéticas. Além disso, se aceitássemos essa solução nunca mais ele iria retirar os contentores”, explica Fortes, para quem o problema poderia ser solucionado com o aproveitamento de um espaço vazio existente entre o escritório da marina e o extremo do cais de betão. **“Bastava deslocar o escritório e teria lugar para construir a toilette”,** diz Zeferino Fortes, que se mostra, entretanto, satisfeito com as vantagens que a marina trouxe para os iates que escalam Mindelo.

KzB

“Viana Ocean Club Resort” deverá arrancar em breve

O Viana Ocean Club Resort, projecto promovido pela Imobrisa/Eurim e que vai ser implementado no Calhau, São Vicente – com vista para a ilha de Santa Luzia e Pico Vento Trás – já foi validado pela Cabo Verde Investimentos. Os terrenos do Viana Ocean Club, cerca de 14 hectares segundo a marketing manager da Imobrisa, Marina Lange, foram comprados à Câmara de São Vicente, mas já foram renegociados com a CI.

Os promotores deste investimento de 90 milhões de euros pretendem arrancar com a construção rapidamente, ultrapassado que foi a **“desautorização à Câmara de São Vicente”**. A edilidade, recorde-se vendeu

o terreno mas a Agência Cabo-verdiana de Investimentos interveio quando se constatou que esses terrenos afinal estão localizados na Zona do Desenvolvimento Turístico Integrado de Calhau. **“Felizmente já resolvemos tudo com a CI. Aliás, o decreto que regulariza esta questão deve ser publicado ainda esta semana. Agora vamos submeter os projectos à aprovação da Agência, logo depois podemos arrancar”,** indica Marina Lange.

E a ansiedade da Imobrisa tem razão de ser. É que desde o Verão de 2007 o projecto estava bloqueado, enquanto decorriam as negociações entre os promotores do Viana Ocean Club e a CI. E as partes acabam de conseguir um bom en-

tendimento. **“O importante é que já podemos fazer o registo dos terrenos”,** frisa a marketing manager do grupo investidor.

Em relação ao projecto, Marina Lange diz que este se divide em quatro zonas principais, nove piscinas e um restaurante. **“Temos uma zona composta por 53 vilas de luxo com arquitectura mediterrânica, 305 apartamentos servidos por um jardim infantil e 17 espaços comerciais. E ainda restaurantes, cafés, livraria, igreja, entre outros. Temos ainda um apart-hotel com 116 apartamentos e um hotel cinco estrelas com 140 quartos”,** indica.

A par deste projecto, que estará concluído dentro de sete a oito anos (os prazos foram

alargados em função da crise financeira internacional), a Imobrisa está a desenvolver um outro, o Pedra Branca, constituído por 10 vilas. Este, diz a responsável de marketing, apresenta uma arquitectura apurada e estará concluído em Maio de 2009.

Refira-se que a Imobrisa, que de acordo com Marina Lange tem primado pela qualidade das suas construções, foi recentemente distinguida com o prémio “Melhores Apartamentos em África” no concurso CNBC 2008. O projecto distinguido, ainda em fase de construção, localiza-se na Vila Turística de Santa Maria, ilha do Sal.

Constança de Pina



tome Nota

Rede de turismo rural de Cabo Verde

A Cooperação Italiana para com os Países Emergentes (Cospé) quer criar uma rede de turismo rural em Cabo Verde. O centro desse projecto é no Fogo e cobrirá as ilhas de Santiago, S. Nicolau e Santo Antão, numa parceria com as áreas protegidas da Direcção Geral do Ambiente.

Trocar experiências entre os diferentes parceiros, promover os produtos locais das diferentes ilhas (agropecuária, artesanais e culturais) e a formação são os principais pontos desta rede, que, a ser financiada, deve arrancar no início de 2010.

Riu Karamboa abre-se aos turistas

“Um grande hotel”. Assim definiu o primeiro-ministro o Riu Karamboa, aberto na noite de ontem, 30, na Boa Vista. José Maria Neves considera que a nova unidade hoteleira terá um impacto forte não só nessa ilha mas também em todo o Cabo Verde. É que segundo o chefe do executivo, “num momento em que se está a falar em crise, há um novo hotel que projecta o crescimento contínuo de Cabo Verde”.

A cerimónia de abertura do Riu Karamboa aconteceu ontem à noite com muita pompa e circunstância, sem a manifestação, anunciada pelo grupo de proprietários de terrenos expropriados de Rabil e Chaves. O evento contou com a presença de altas personalidades nacionais e da ilha, a ministra da economia, Fátima Fialho, e o ministro das Infra-estruturas e Mar, Manuel Inocêncio, presidente da Câmara Municipal da Boa Vista, João Pinto Almeida. Representantes de instituições e empresas ligadas ao turismo e imobiliária estiveram em peso na cerimónia, para testemunhar a entrada em funcionamento do maior hotel em Cabo Verde.

Antes da cerimónia A Semana falou com o

primeiro-ministro, para quem Riu Karamboa dá um sinal muito positivo à economia cabo-verdiana “neste momento em que há alguma turbulência na economia mundial”. Para o chefe do executivo, o turismo de hotéis tem crescido em Cabo Verde, os dados apontam para um crescimento também no último ano e “teremos de continuar a trabalhar para que continue a crescer porque é o motor do processo transformacional do país”.

Este hotel, salienta JMN, é importante porque “cria uma dinâmica positiva na Boa Vista não só em termos de turismo, mas também porque vai implicar o crescimento de aviação civil, o surgimento de novas empresas de prestação de serviço na área do turismo”. O Riu Karamboa “terá um impacto forte na só na Boa Vista mas em todo o Cabo Verde”, acrescentou.

Instado também a pronunciar-se sobre as maleitas que empreendimentos como o inaugurado ontem, também carregam com eles Neves responde: “Quando se abre a economia ou se abrem as portas de uma casa, com certeza que

entrarão junto com o sol e o ar fresco, moscas e mosquitos. Pelo que somos obrigados a colocar redes para que esses insectos não entrem e prejudiquem a salubridade da casa. É o que temos de fazer. Em Cabo Verde o turismo é importante, mas temos de continuar o trabalho para maximizar os ganhos e minimizar os aspectos negativos”.

Sobre as ameaças de manifestação por parte dos proprietários de terrenos expropriados de Rabil e Chaves, onde fica o hotel, José Maria Neves garante que o seu elenco está a trabalhar para que o “problema das indemnizações, seja resolvido da melhor forma possível”. Os proprietários ameaçaram bloquear a entrada do Hotel caso o governo não lhes dê uma resposta concreta e definitiva sobre o processo das indemnizações mas à última hora cancelaram o protesto contribuindo assim para o sucesso do evento.

O Riu Karamboa é, actualmente, o maior hotel de Cabo Verde, com capacidade para albergar mais de dois mil hóspedes em 750 quartos. Situado à beira-mar, Riu Karamboa, que vai trabalhar com o sistema “all inclusive”, tem quatro restau-

rantes, com gastronomia cabo-verdiana, africana, asiática e, claro, europeia, bares, discoteca, ginásio, cabeleireiros, espaços de lazer e para práticas de desporto e Spa completam o menú. Espera-se com a abertura desta unidade hoteleira a criação de mais de mil postos de trabalho. Contudo, a população está ainda um pouco céptica quanto aos benefícios que a unidade hoteleira poderá trazer ao mercado de trabalho da ilha: teme que o Riu Karamboa também entre na onda do “baixo” salário praticado na Boa Vista.

De referir ainda que com a entrada em funcionamento do Riu Karamboa, os voos charters para a ilha das dunas vão aumentar, de três para nove por semana, a partir de amanhã, sábado. No próximo mês haverá voos internacionais todos os dias. A partir de 15 de Dezembro, em certos dias há três a quatro voos internacionais. Levingstone, Neos, Thonson, Jetair sul, Sata Internacional e TUI (Nordic, Germany e UK) são as companhias que vão trazer turistas de Estocolmo, Copenhaga, Bruxelas, Hannover, Munique, Dusseldorf e Frankfurt.

Silvia Frederico

Cabo Verde Fast Ferry vende obrigações na Bolsa de Valores

A companhia marítima Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) vai estar, a partir da próxima segunda-feira, 3, na Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVCV), com a venda de um montante de 110 milhões de escudos em obrigações. A nível do mercado de capitais conhece-se já alguma movimentação para a compra dessas obrigações.

O sócio da firma, Vasconcelos Lopes, garante que o primeiro título das obrigações da bolsa, concebido em modelo especial, será colocado, no acto da abertura, nas mãos de uma alta individualidade cabo-verdiana, que escusou, por ora, revelar o nome.

A mesma fonte destaca que nessa operação bolsista estarão à venda 110 milhões de escudos em obrigações, devendo cada unidade obrigacionista custar 1000\$00. Este garantirá ao comprador uma taxa anual de juro na ordem dos 7%, durante um período de cinco anos.

«Esta operação da BVC constitui uma autêntica revolução em termos de negócios a nível do sector de transportes marítimos em

Nessa operação bolsista estarão à venda

110 milhões
de escudos em obrigações

Cabo Verde e uma garantia inequívoca para o desenvolvimento da região sul, onde se inclui a pequena e risonha ilha Brava de Eugénio Tavares e dos promotores da CVFF».

VL salienta existirem já fortes sinais de nacionais residentes e da diáspora, particularmente de emigrantes da Brava radicados nos Estados Unidos da América, em comprar as obrigações a serem vendidas a partir da próxima segunda-feira. «É que estes últimos, principalmente, vêm esse projecto não só como uma grande iniciativa empresarial para o desenvolvimento de Cabo Verde, como também para o relançar da sua ilha natal, Brava, que possui um grande potencial turístico», realça o entrevistado deste jornal.

A Cabo Verde Fast Ferry acaba, por outro lado, de abrir o seu escritório na cidade da Praia e aumentar o seu capital social de 10 mil contos para 110 mil contos.

E primeiro catamaran dessa companhia marítima está sendo construído pela empresa holandesa Damen Shipyards Gorinchem e deverá

chegar a Cabo Verde dentro de um ano. O mesmo deverá, essencialmente, ligar diariamente a ilha Brava com a do Fogo, Maio e Santiago. Um ano mais tarde ficará concluída uma segunda unidade, que vai conectar a região de Barlavento com a de Sotavento.

Esses navios são modernos e têm capacidade para transportarem 158 passageiros, 16 carros ligeiros no seu interior (arrangements), quatro contedores de 20 mil pés na popa e quatro camiões de grande porte. Os mesmos gastam 20 minutos para chegarem à ilha do Fogo e cerca de duas horas para ligarem Brava a Santiago. Todos eles dispõem do sistema rô-rô para receber e descarregar, rapidamente, passageiros e cargas.

«Para colmatar a lacuna existente até o primeiro Ferry entrar em funcionamento, a CVFF está já a negociar a aquisição, em regime de afretamento, de um navio para operar na linha Fogo/Brava/Praia/Maio e vice-versa», perspectiva Vasconcelos Lopes.

Alírio Dias de Pina

TACV 24

Negócios, Lazer e Turismo em 1 dia

Preços espectaculares

Sal/Boavista/Sal	7.200\$00
Boavista/Sal/Boavista	7.200\$00
Sal/Praia/Sal	11.600\$00
Sal/S. Vicente/Sal	11.600\$00
Praia/S. Vicente/Praia	11.600\$00
Praia/Sal/Praia	11.600\$00
Praia/S. Filipe/Praia	8.300\$00
S. Filipe/Praia/S. Filipe	8.300\$00
S. Vicente/Praia/S. Vicente	11.600\$00
S. Vicente/Sal/S. Vicente	11.600\$00

PREÇOS com taxas incluídas

CABO VERDE AIRLINES

50 ANOS a transportar sonhos...







*Taxas sujeitas a actualização sem aviso prévio

A crise de confiança

Na nossa vida estudantil e profissional sempre aprendemos que a economia não é uma ciência exacta. Aliás, caso fosse, milhares de analistas muito bem pagos em todo o mundo teriam previsto esta crise, a mais profunda desde 1929 (e um verdadeiro iceberg que o comandante de qualquer navio devia ter visto). Contudo, ninguém viu, e parafraseando o economista Nicolau Santos, ninguém pensou que o rombo no casco seria tão grave.

Mas apesar da fragilidade intrínseca desta ciência, há contudo algumas inter conexões, ligações, reacções e consequências entre os fenómenos económicos, que estão mais do que provadas, verificadas e constatadas, existindo, por isso, uma elevadíssima improbabilidade de passarem a ocorrer de repente de maneira diferente da que sempre aconteceu até agora.

Cabo Verde, por ter uma economia vulnerável e totalmente dependente do exterior, já está, desde há alguns meses, a sofrer os efeitos da crise financeira internacional. A subida das taxas de juro decretada pelo BCV é a melhor prova de que os efeitos da crise já chegaram ao nosso país. A diminuição dos financiamentos externos aos projectos de desenvolvimento nacionais, a diminuição do investimento estrangeiro e a retracção das remessas dos emigrantes parecem ser as principais consequências com que a nossa economia terá de se preocupar nestes tempos de crise.

Os efeitos terão um sentido duplo e far-se-ão sentir ao nível da economia financeira e da economia real. Do lado das instituições financeiras, embora não se possa falar ainda de uma crise de liquidez, já é visível uma retracção na concessão de créditos a empresas e particulares na generalidade dos bancos, com efeitos directos na economia real. No nosso tecido económico, em que são poucas as empresas que não estão constantemente a recorrer ao crédito bancário para o financiamento dos seus planos de investimento e das suas actividades diárias - esta contracção do crédito às empresas e famílias poderá levar a um período de crescimento lento, longe dos 7% apontados para 2009, e que poderá agravar ainda mais a taxa de desemprego e outros problemas sociais já existentes.

Os próximos tempos serão essenciais para se começar a perceber a extensão do impacto da crise financeira na economia real, mas, dificilmente poderá haver sector que fique imune à crise. A imobiliária turística, sendo uma indústria totalmente voltada para o exterior, já sente na pele a crise de liquidez vivida pelas famílias europeias, afinal, as principais compradoras das segundas habitações. O cancelamento de algumas reservas já feitas esconde uma questão ainda maior e que pode ter que ver com o cancelamento, mesmo que seja temporário, de alguns dos mega-empresendimentos já aprovados.



Gil Évora*

Do lado das instituições financeiras, embora não se possa falar ainda de uma crise de liquidez, já é visível uma retracção na concessão de créditos a empresas e particulares na generalidade dos bancos, com efeitos directos na economia real.

Isso levaria a um aumento inevitável do desemprego com consequências ainda imprevisíveis se levarmos em conta o número de trabalhadores que a construção civil já engloba.

Outra questão importante tem a ver com a diminuição das transferências dos emigrantes. Se isso em primeira análise pode significar uma diminuição do investimento privado, as piores previsões põem-se, no entanto, do lado das famílias que dependem quase que em exclusivo dessas remessas. A incerteza no campo laboral e a hipótese de várias empresas europeias encerrarem as suas portas contém um factor de imprevisibilidade e risco que pode trazer consequências negativas no rendimento de várias famílias cabo-verdianas.

Tal como nos restantes países, também Cabo Verde assistirá a um processo de ajustamento forçado que se reflectirá em menores níveis de crescimento e num aumento do desemprego. Por enquanto, está posta de lado a hipótese de um aumento da inflação por via da liquidez introduzida pelo governo em socorro das instituições bancárias à semelhança do que já acontece na Europa e EUA. Nem o governo tem essa capacidade nem a crise de liquidez chegou a tanto. A retracção do crédito às empresas e famílias levará a um abrandamento da actividade económica, menores níveis de investimento público e privado e um aumento do desemprego. A inflação poderá aumentar, sim, em virtude da sua componente importação. Mas esse factor escapa ao controlo das autoridades cabo-verdianas.

Nos tempos difíceis que se avizinham é importante também que o Estado faça a sua parte e isso significa pagar as suas dívidas para com as empresas privadas, restituir o IVA com uma maior celeridade e uma contínua aposta na diminuição da burocracia. Muitos dos projectos da imobiliária turística, hoje tocados pela crise internacional, poderiam estar em grande parte vendidos caso o governo já tivesse resolvido questões pertinentes de pura burocracia, em particular no que diz respeito às escrituras.

Mas, tudo são más notícias? Creio que não. Em 2009, se tudo correr bem, as famílias cabo-verdianas poderão pagar menos pela gasolina, pelo gasóleo e pelos produtos derivados.

Por enquanto vamos tirando as ilações possíveis desta crise e tentar compreender como foi possível chegar até aqui. O Estado regulador não viu o que estava a acontecer e acreditou até ao fim que o mercado se auto-regulava. Ainda é cedo para se perceber o que se vai passar daqui por diante pelo facto desta crise não ser igual a nenhuma outra quer na forma como se desenvolveu quer como se propagou por todo o mundo.

Entendendo instrumentos financeiros *não-tradicionais*

Investidores e instituições financeiras internacionais estão preocupados e ansiosos sobre quais poderão ser os potenciais efeitos que o mercado dos CDS terá nas praças financeiras mundiais nas próximas semanas e meses.

O mercado de CDS apareceu há cerca de 10 anos como uma forma dos investidores em taxa fixa se protegerem contra potenciais perdas. São instrumentos derivados muito complicados e geralmente requerem que os investidores sejam muito sofisticados.

Como recentemente notado pela mídia financeira internacional, com a extrema volatilidade nos mercados monetários a curto prazo, combinado com largos "spread", tanto nos créditos conotados com "grau de investimento" (investment grade) - assim como são classificados pelas agências de rating - e os que ainda não são considerados grau de investimento (non-investment grade ou junk), e perante a necessidade dos emitentes globais terem que estender ou refinar substancialmente tais dívidas nos próximos meses, há uma forte possibilidade de que a denominada "Sub-Prime Crisis" (Crise do Crédito Imobiliário de Alto Risco) que depois se tornou na "US Credit Crisis" (Crise de Crédito dos EUA) e mais tarde (com muito mais rapidez) se transformou no "Global Credit Crisis" (Crise de Crédito Global) pode vir a contaminar o mercado de CDS (Credit Default Swaps) de aproximadamente US \$62 trilhões.

Pelo facto deste mercado não ser regulado, e por não ter tanta transparência é difícil medir com precisão e saber quantos mil milhões de dólares estarão a beira do vencimento, em outras palavras, qual será o montante exacto que instituições e investidores estarão a "dever."

Montantes de exposição anormalmente altos poderão ter um efeito devastador para instituições financeiras e indivíduos que preferem investir em tais instrumentos financeiros não tradicionais.

MAPA "GPS" DO MERCADO GLOBAL DE CDS - CREDIT DEFAULT SWAPS. PERGUNTAS E RESPOSTAS.

O que é um CDS ?

Um Credit Default Swap é um contrato de crédito derivado estabelecido entre duas partes, onde o comprador faz pequenos pagamentos periódicos (o prémio) ao vendedor do contrato, adquirindo assim o direito de receber o equivalente a uma soma estipulada por ambas as partes no princípio do contrato caso houver um evento de crédito por parte da entidade adjacente. Na maioria dos casos as entidades adjacentes são obrigações/títulos de crédito que cumpram os parâmetros do contrato assinado, mas em muitos casos não se requer qualquer capital, o que complica mais os cálculos.

Simplificando, é um contrato entre duas partes em que uma das partes dá garantia (seguro) a outra que fará um pagamento caso um investimento ou uma instituição financeira falhar e não conseguir pagar as suas dívidas. Tal contrato poderia ter sido chamado de "seguro". Inteligentemente tem a denominação de "Swap" (Troca/Câmbio) senão teria de ser regulado por entidades que monitoram este tipo de actividade no mercado, assim como é regulado qualquer outro tipo de seguro.

Qual é o tamanho do mercado?

De acordo com o Bank for International Settlements, o montante bruto vigente de CDS era de US \$42,6 trilhões em Junho de 2007. Dados recentes da imprensa financeira sugerem que este montante subiu para US \$62 trilhões em 2008. Segundo o Gabinete de Controlo de Divisas (OCC) do Departamento de Tesouro dos EUA, os bancos e instituições financeiras americanos têm uma exposição de US\$ 18,2 trilhões a tais instrumentos não-tradicionais.

Quem são os participantes no mercado?

Até finais de 2006 os maiores investidores/participantes de CDS, segundo a Federal Reserve Bank of Atlanta (www.frbatlanta.org) são: Bancos e Corretoras - 44%, Seguradoras - 17%, Hedge Funds - 32% e Outros - 7%.

Dados fornecidos pelos bancos sobre este mercado diferem, mas segundo os dados da FED de Atlanta os bancos americanos são detentores de 30% de CDS assim divididos:

JP Morgan - US\$10,2 trilhões (56% da fatia dos EUA, 16,4% da fatia global);

Citigroup - US\$3,6 trilhões (20% EUA, 5,8% global);

Bofa - Bank of America - US \$2,7 trilhões (15% EUA, 4,4% global);

HSBC América do Norte - US \$1,2 trilhões (6,6% EUA, 1,9% global).

Como são cotados os CDS?

Os CDS são transaccionados como qualquer outro instrumento financeiro fazendo com que o preço oscile constantemente.

Cada CDS é cotado de uma forma diferente dependendo de que empresa ou instituição se trata. Geralmente é uma percentagem do valor da dívida a ser "segurada."

Os contratos de 5 anos são os mais populares e servem como "benchmark".

Por exemplo, o preço de um CDS de obrigações/títulos de crédito emitidos pelo Bank of New York está cotado a 0,796% ou 79,6 bps (basis points ou pontos base). Se o investidor tiver 1 milhão de obrigações do Bank of New York e quer segurar este investimento contra qualquer evento de crédito que eventualmente pode ocorrer no espaço de 5 anos, ele pode comprar um CDS e pagar US \$7,960 anualmente. O preço para os 5 anos seria de US \$39,800. Claro que isto diminuirá o rendimento pago pelos juros das obrigações do BONY mas dará tranquilidade e paz de espírito. O contrato pode ser cancelado pelo comprador desde que este esteja de acordo em revertê-lo e claro em pagar ou receber o preço de mercado (MTM-marked to market).

Resumindo, o preço de um CDS é uma unidade de medida do risco de uma instituição determinado pelos mercados financeiros. Mais um parâmetro, para além do "rating" (qualidade) das obrigações/ títulos de crédito para determinar se compramos obrigação/título de crédito X ou Y.

Ocorrências recentes

Recentemente o Estado de Nova Iorque sugeriu que o mercado de CDS passasse a ser regulado e que quando contratos de CDS forem vendidos a investidores ou detentores de obrigações/títulos de crédito adjacentes a esses contratos, tais transacções passem a ser denominadas como vendas de seguro.

Esta proposta requer que a partir de Janeiro de 2009 os bancos ou instituições financeiras que se envolvam em tais transacções, de vender CDS no estado Nova Iorque, tenham uma licença para praticar venda de seguros.

As grandes instituições financeiras têm demonstrado uma forte resistência em criar uma bolsa de valores para albergar tais instrumentos e trazer mais transparência ao mercado. Como os maiores participantes do mercado de CDS, isso não lhes traria benefícios nenhuns, por isso tendem em resistir a entregar o monopólio dos mercados.

Agora que lidar com o risco da "contra-parte" tornou-se um dos maiores problemas do sistema financeiro global, os bancos estão numa posição em que raramente se opõem a iniciativas para improvisar medidas de prevenção que eventualmente podem causar outra catástrofe semelhante a que acabamos de testemunhar. Aliás, muitos dizem que os resultados poderiam ter sido diferentes, pelo menos para o panorama financeiro norte-americano, se existisse uma bolsa e um sistema mais transparente naquele "maldito domingo à tarde", algumas horas antes do colapso do Lehman Brothers, em que houve transacções para tentar reverter as posições em CDS que aquele banco de investimentos retinha na carteira.

Embora os pacotes de resgate possam ajudar a estabilizar o risco sistemático a curto prazo, que é o risco causado pela instabilidade dos mercados, as entidades reguladoras só dormirão descansadas quando for criada uma bolsa bem regulada e capitalizada, de forma a controlar o vencimento destes "derivados de destruição maciça" como os classifica o famoso Warren Buffet.

* Geralmente há expressões em que as designações anglo-saxónicas são aceites, entendidas e adoptadas universalmente. Não existe uma tradução directa para CDS mas a mais próxima seria "Swaps de Risco de Crédito".

* em Nova Iorque



Waldemar Bento*

62 Trilhões
de dólares é o valor
do mercado CDS

44% é a cota
de mercado dos CDS
dos Bancos e Corretoras
até finais de 2006

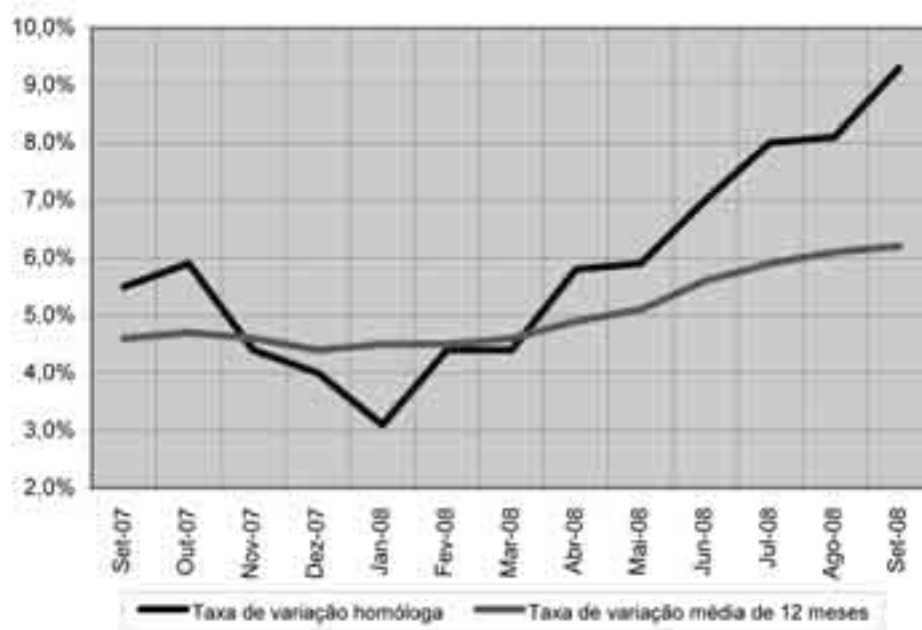
IPC regista variação mensal de 0,8%

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação mensal de 0,8% entre os meses de Agosto e Setembro. Já a taxa de variação homóloga registou um aumento de 1,2%, ficando nos 9,3%, indica o Instituto Nacional de Estatística (INE).

De acordo com o INE, a taxa média dos últimos 12 meses situou-se em 6,2%, cerca de 0.1 p- Alcoólicas, tendo em conta o seu peso no cabaz, representa 4,79% do total da variação homóloga do IPC, contribuindo com 51.5% para a variação total do índice nacional.

A classe Produtos Alimentares e Bebidas não-alcoólicas também deu a maior contribuição para os índices regionais. Por exemplo, São Vicente registou 1.2%. **“Relativamente à variação homóloga, o índice de Santo Antão apresentou variação superior à média nacional em 9.1, enquanto que São Vicente e Santiago registaram uma taxa de variação inferior à do IPC Nacional, em 0.2 e 1.0 ponto percentual, respectivamente”.**

Gráfico 1 – Taxas de variação do IPC Nacional



Cartilha Económica

Insolvência

Insolvência é um estado em que o devedor possui mais dívidas do que a quantidade de seus bens para saldá-las. Presume-se a insolvência quando o devedor não possui outros bens livres e desembaraçados para nomear à penhora, ou quando forem arrestados bens do devedor. Uma empresa insolvente poderá ao final de um processo ser declarada em falência. Também as pessoas coletivas e os patrimónios autónomos, por cujas dívidas nenhuma pessoa singular responda pessoal e ilimitadamente, são também considerados insolventes quando o seu passivo seja manifestamente superior ao activo.

Aumenta a despesa doméstica

As gestoras do lar fazem contas e conferem: estão a gastar muito mais do que há dois anos com a alimentação, gás e transporte. Se antes uma família da classe média com um ou dois filhos cobria as despesas da casa com 50 contos, hoje precisa de mais 20 ou 40 contos para comprar as mesmas coisas e cobrir gastos quase iguais, e todos essenciais e necessários no mundo de hoje.

Uma dona de casa entrevistada pelo Cifirão revela que gasta hoje 35.000\$00 com a alimentação mensal para três pessoas, 12.000\$00 com combustível, 3000\$00 para água potável, 4000\$00 com água corrente, 10.000\$00 com energia eléctrica, 5.000\$00 para telefone, 1901\$00 para gás, 10.000\$00 para pagar a empregada (6 horas por dia), 2405\$00 para passes escolares. Feitas as contas, a nossa interlocutora necessita de cerca de 85 mil escudos para cobrir as despesas correntes. Isso sem contar que boa parte das famílias precisa gastar 20 a 30 contos para a renda de casa ou reembolsar os créditos bancários de habitação.

Em termos de cabaz, a batata-doce custa hoje 140\$00 e a batata comum 120\$00 o quilo, a mesma quantidade de cebola 240\$00, pimentão 200\$00, tomate 208\$00, mandioca 300\$00, repolho 80\$00, feijão sapatinha verde 250\$00 o litro, enquanto um saco de 5 kgs de Arroz mimo está a 713\$00, um quilo de cenoura vale 200\$00 kg, um frango inteiro 295\$00. Isso indicia que para adquirir os ingredientes mínimos para a refeição de cada dia para a sua família, uma dona de casa gasta em torno dos 1500\$00, 1700\$00.

GC

CC generaliza cobrança electrónica de impostos

A meta é atingir

50 empresas até Dezembro

A Casa do Cidadão vai generalizar a experiência de pagamento electrónico de impostos através do portal www.portondinosilha.gov.cv. A meta é atingir pelo menos 50 empresas até Dezembro deste ano.

O administrador da CC avança que, de Janeiro a esta parte, o serviço que dirige experimentou a cobrança electrónica de impostos junto de cinco grandes empresas. Como consequência, Nuias Silva salienta que a CC conseguiu arrecadar e canalizar para o Estado uma verba superior a 60 mil contos, resultantes da cobrança do IUR e IVA, principalmente.

«A Casa do Cidadão pensa generalizar essa experiência de cobrança de impostos através do referido portal. A meta é atingir pelos menos 50 pequenas e médias empresas até Dezembro deste ano», perspectiva Nuias

Silva. Este responsável adianta para quem uma equipa de profissionais vai, brevemente, iniciar os contactos de terreno nesse sentido, para depois treinar empregados das empresas que vão utilizar essa via online de pagamento de impostos.

O entrevistado deste jornal anuncia que a CC vai começar a emitir on-line as certidões de nascimento junto de alguns serviços públicos e privados, caso das universidades e outras entidades de ensino superior, escolas secundárias e outros departamentos de ensino e não só.

A Casa do Cidadão vai também disponibilizar, entre Dezembro deste ano e início de 2009, o serviço Documento Único Automóvel no portal www.portondinosilha.gov.cv.

ADP

Cabo Verde é referência na utilização do 'software livre'

Cabo Verde é uma grande referência na apropriação do 'Joomla Open Source', um dos maiores sistemas de código aberto – software livre – de gestão de conteúdo Web, a nível mundial. Segundo o Nosi, quem o diz é o estudo realizado pelo Joomla, que quis verificar a aceitação dos seus sistemas de código aberto à escala mundial, após três anos da sua existência.

A Comunidade Joomla demonstra-se “surpresa ao saber que essa pequena nação está a abraçar com bastante entusiasmo o projecto Joomla”, assevera o NOSI. O estudo sublinha que “é reconfortante ver como a liberdade de software está a contribuir para capacitar os países em desenvolvimento com as mesmas capacidades técnicas dos países desenvolvidos”.

Entretanto, encontra-se em Cabo Verde Linnar Viik,

“expert” da Estónia no domínio da governação electrónica. A sua deslocação a este arquipélago, informa o NOSI, faz parte das actividades comemorativas do mês da Sociedade da Informação, que este ano decorre sob o lema “NOSI: 10 anos a Inovar”.

A missão de Linnar Viik, uma referência mundial no domínio da e-gov e das Novas Tecnologias de Comunicação e da Informação a Cabo Verde visa, essencialmente, transmitir os seus conhecimentos académicos e partilhar com os cabo-verdianos as experiências do seu país nos domínios em questão.

É assim que Viik manterá uma série de encontros com as entidades nacionais, além de palestras sobre a matéria, sendo que a Estónia é considerada internacionalmente como um caso de grande sucesso neste domínio do conhecimento.

Agenda

INE recebe missão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

O Instituto Nacional de Estatística acolhe até ao dia 07 de Novembro uma delegação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que vai formar técnicos nacionais em ferramentas de cartografia digital, que serão utilizadas para actualizar a cartografia do Censo 2010.

A equipa brasileira é constituída por Mário Henrique Monteiro de Matos, Maria do Carmo Dias Bueno e Dulce Monteiro, que chegam a Cabo Verde graças ao Memorando de Entendimento assinado entre o INE e o IBGE.

Errar é humano... mesmo para Greenspan

Alan Greenspan, o outrora todo-poderoso, que dirigiu a Reserva Federal americana durante dezoito anos, coincidindo com o maior período da expansão da economia norte-americana no pós-guerra, aquele que foi um paladino do livre funcionamento dos mercados, aquele que foi considerado o maestro infalível do sistema financeiro, reconheceu estar em estado de choque com o tsunami que está a abalar o mundo das finanças. “Cometi um erro ao

presumir que o interesse próprio das organizações, nomeadamente dos bancos, era tal que os tornava mais capazes de proteger os seus accionistas”. Foi por isso que se opôs à regulação dos mercados onde se transaccionavam os activos tóxicos que estão no cerne da actual crise.

Agora, Greenspan não só reconhece esse erro, como também o quanto isso abalou as suas convicções sobre a economia de mercado. “Encontrei uma falha, não sei

quão significativa ou permanente, mas tenho estado muito perturbado por isso.” Questionado sobre se a ideologia do mercado livre deixou de funcionar, foi taxativo: “Absolutamente. É por isso que estou em choque, porque vivi mais de 40 anos com a substancial evidência de que funcionava muito bem.” Daí concluir: “Cometi um erro ao confiar que o livre mercado pode regular-se a si próprio sem a supervisão do Estado.”

TAXAS DE JURO		
DATA	TIPO	TAXA (%)
OFICIAIS		
27-10-2008	Redesconto	7,5
27-10-2008	Cedência de Liquidez	8,25
27-10-2008	Absorção de Liquidez	2,75
2008-10-27	Mercado Monetário Interbancário	7,25
27-10-2008	Taxa Base Anual	3,46
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA		
27-10-2008	Bilhetes de Tesouro - 182 dias	3,38
07-10-2008	Obrigações de Tesouro - 6 anos	5,31

MERCADO DE INTERVENÇÃO				
DATA EMIS-	TIPO	PRAZO (DIAS)	TAXA	MONTANTE
2008-10-23	TIM	90	5,313	300.000.000,00
2008-10-09	TIM	90	5,458	300.000.000,00
2008-10-27	TRM	14	5,250	800.000.000,00
2008-10-20	TRM	14	4,750	850.000.000,00



BANCO DE CABO VERDE

(www.bcv.cv)

TAXAS DE CÂMBIO DO DIA 29-10-2008				
PAÍS	MOEDA	UNID.	COMPRA	VENDA
CANADÁ	CAD	1	68,277	68,418
SUIÇA	CHF	100	7.587,620	7.600,396
DINAMARCA	DKK	100	1.477,750	1.480,439
EUROPA	EUR	1	110,265	110,265
INGLATERRA	GBP	1	138,043	138,346
JAPÃO	JPY	100	92,270	92,397
NORUEGA	NOK	100	1.288,304	1.290,994
SUÉCIA	SEK	100	1.107,063	1.109,920
ESTADOS UNIDOS AMÉRICA	USD	1	87,928	88,130
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	8,221	8,423